## PODER EXECUTIVO

| | |
|---|---|
| Prefeito de Rondonópolis | Percival Santos Muniz |
| Vice Prefeito | José Rogério Salles |
| Secretário de Governo | Fabricio Miguel Correa |
| Procurador Geral do Município | Luciano Medeiros Crivellente |
| Secretário de Administração | Adnan José Zagatto |
| Secretário de Planejamento e Coordenação Geral | Valdecir Feltrin |
| Secretário de Finanças | Jamílio Adozino de Souza |
| Secretário de Receita | Valdecir Feltrin |
| Secretário de Transporte e Trânsito | Fabricio Miguel Correa |
| Secretário de Habitação e Urbanismo | Roberto Carlos Correa de Carvalho |
| Secretário de Infraestrutura | Melquiades da Silva Neto |
| Secretária de Desenvolvimento Econômico | Stefânia Scapin Pasqualotto |
| Secretário de Agricultura e Pecuária | Renato Mendes Vieira |
| Secretário de Meio Ambiente | José Olavo Pio |
| Secretária de Educação | Ana Carla Borges Leal Muniz |
| Secretária de Saúde | Israel Silveira Paniago |
| Secretário de Promoção e Assistência Social | Irineia Aparecida de Melo Silva |
| Secretário de Esporte e Lazer | Lucas Franco Perrone |
| Secretário de Cultura | Luciano Carneiro Alves |
| Secretário de Gestão de Pessoas | Adnan José Zagatto |
| Gestor de Gabinete de Apoio à Segurança Pública | Anderson Rocha De Souza |
| Gestor de Gabinete de Comunicação Social | Lucas Franco Perrone |
| Unidade Central de Controle Interno - UCCI | Marcos Donizete Constantino |
| Diretor Executivo do SERV SAÚDE | Jacilene Santos Silva |
| Diretor SANEAR | Themis de Oliveira |
| Diretor CODER | Cristovão José Teixeira |
| Diretor Executivo do IMPRO | Roberto Carlos Correa de Carvalho |
| Editora do DIORONDON | Bethânia dos Santos Rezende |

DIORONDON ELETRÔNICO

Filiado: ABIO-Associação Brasileira de Imprensas Oficiais - Impressão, Distribuição e Assinatura
Prefeitura Municipal de Rondonópolis - Av. Duque de Caxias,1000- Vila Aurora - fone (66) 3411-5704 - CEP 78.740-020 - Rondonópolis - Mato Grosso
Orgão criado pela Lei 3.366 de 7 de dezembro de 2000, pelo Decreto 3239 de 07 de dezembro de 2000, e pela Lei 8.213 de 28 de Agosto de 2014, pelo Decreto 7.420 de 08 de outubro de 2014. Orgão de Responsabilidade da Procuradoria Geral do Município
Diário Oficial
Home page:www.rondonópolis.mt.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL RONDONÓPOLIS

**SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA**

## DECISÃO ADMINISTRATIVA

**1 - Dos Fatos:**

Trata-se de procedimento administrativo originado em virtude de pedido de reajuste de preços das obras de implantação e pavimentação da avenida beira rio, ligação da avenida lions internacional e avenida poguba, em Rondonópolis-MT.

A contratada fundamenta o pedido tendo como data base para o reajuste a planilha orçamentária fornecida aos licitantes para a confecção do orçamento e que, para o edital de licitação venha a público, passa-se muito tempo. Que o valor do orçamento é feito num momento pretérito ao edital.

E, assim, fazendo referência as planilhas orçamentárias e tabelas SINAPI E SINFRA o edital determinou como é que deveriam proceder os licitantes, no momento de seus próprios orçamentos.

Sendo assim, a contratada determinou que o setor jurídico da Sinfra não fechasse os olhos para o lapso temporal existente entre a data do orçamento e a data da assinatura do contrato, pois em agindo dessa forma, está-se ferindo a Constituição Federal.

É o relatório, sucinto.

**2 – Dos Fundamentos:**

O marco inicial para a contagem da periodicidade de um ano para a aplicação dos índices de reajustamento previstos num edital, tem sede constitucional, pois se relaciona, entre outros, com o princípio da intangibilidade da equação econômico-financeira do contrato administrativo.

O inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal assim dispõe:

> "ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, **mantidas as condições efetivas da proposta**, **nos termos da lei**, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações." (grifos meus).

Dando eficácia ao referido dispositivo constitucional, a Lei 10.192/2001 assim dispôs no § 1º de seu art. 3º:

> "**A periodicidade anual nos contratos de que trata o *caput* deste artigo será contada a partir da data limite para apresentação da proposta ou do orçamento a que essa se referir**." (grifos meus).

Dos referidos dispositivos normativos, verifica-se que o edital deve adotar como data-base, para o período de um ano de reajuste, ou a data para apresentação das propostas ou a data do orçamento, desde que previsto no edital.

"A interpretação sistemática do inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal, do art. 3º, § 1º, da Lei 10.192 e do art. 40, inciso XI da Lei 8.666/93 indica que o marco inicial, a partir do qual se computa o período de um ano para a aplicação de índices de reajustamento previstos em edital, é a data da apresentação da proposta ou a do orçamento a que a proposta se referir, de acordo com o previsto no edital."

Do procedimento a ser adotado pela Administração no caso de decurso de prazo superior a um ano entre a data da apresentação da proposta vencedora da licitação e a assinatura do respectivo instrumento contratual, analisando a moldura jurídica em que se insere o assunto, insta observar que a Lei 8.666/93 não estabelece prazo máximo para que se conclua o certame licitatório. Apenas consta do seu art. 64, § 3º, que "decorridos 60 (sessenta dias) da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos."

Por outro lado, não há autorização legal que permita a assinatura contratual com os valores já corrigidos, pois tanto a Lei 8.666/93, quanto a Lei 10.192/01, regedoras da matéria, estabelecem apenas a possibilidade de reajuste de contratos e não de propostas.
Veja-se a respeito as lições de Marçal Justen Filho acerca do tema, transcritas no parecer do Ministério Público, ao dispor que intangibilidade da equação econômico-financeira "**corresponde à necessidade de manutenção, durante todo o período da contratação, da relação original entre encargos e vantagens patrimoniais assegurados ao particular".** (grifos meus).

Diante dessas considerações, o procedimento viável, porque compatível com as normas antes citadas e com a preservação do equilíbrio entre as partes contratantes, é o de se firmar o contrato com os valores originais da proposta e, antes do início da execução contratual, celebrar-se termo aditivo que contemple o reajuste necessário.

Quanto à forma em que se daria esse reajuste – se mediante apostila ou se mediante aditivo –, o procedimento do termo aditivo é acompanhado de maiores solenidades, o que o torna mais compatível com a importância da matéria.

É certo que esses procedimentos somente podem ser adotados se restar caracterizado o interesse público na contratação, bem como se ainda estão presentes as condições legais para tanto.

Em especial, deve estar caracterizado que: continua a haver autorização orçamentária (incisos II, III e IV do § 2º do art. 7º da Lei 8.666/93); trata-se da proposta mais vantajosa para a Administração (art. 3º da Lei 8.666/93); os preços ofertados continuam compatíveis com os de mercado (art. 43, IV, da Lei 8.666/93); estão mantidas as condições exigidas para habilitação (art. 55, XII, da Lei 8.666/93); e há interesse do licitante vencedor, manifestado formalmente, em continuar vinculado à proposta (art. 64, § 3º, da Lei 8.666/93).

Por outro lado, o art. 28 da Lei 9.065/1995 c/c o § 1º do art. 3º da Lei 10.192/2001, impõe a periodicidade mínima de um ano para os reajustes contratuais. Essa imposição, não se pode olvidar, causa gravames financeiros aos contratados, pelo fato de que, após cada reajuste, os preços contratados somente serão recompostos após o transcurso de mais outro ano, não importando, por exemplo, que a elevação de custos tenha-se dado no prazo de seis meses do último reajuste. Trata-se de um ônus imposto pela lei a todos os licitantes, e que certamente apresenta repercussões nas propostas apresentadas, interferindo na equação de receitas e despesas.

Assim, quando o vencedor da licitação assina o contrato, é sabido que somente após doze meses contados da data de apresentação da proposta ele terá direito ao reajuste contratual. A execução da avença inicia-se, portanto, com preços não atualizados.

O procedimento correto, portanto, é aquele em que o reajuste seja referente à data em que se completou um ano daquela da apresentação da proposta ou da data do orçamento a que ela se referir. Devendo os reajustes seguintes obedecer à mesma periodicidade anual, tendo como referência sempre a mesma data-base. Assim, também manter-se-á o equilíbrio econômico-financeiro estabelecido quando da realização do certame, respeitando-se o princípio da vinculação editalícia e a manutenção das condições originais da proposta (art. 55, inciso XI, da Lei 8.666/93).

Essa solução, cabe bem ressaltar, não acarreta qualquer espécie de gravame ao contratado, pois a execução contratual será iniciada com os preços defasados em no máximo um ano, tal qual estabelecido nas condições normais de reajuste previstas na lei.

**3 – Conclusão**

Destarte, resta claro que a contratada apenas faz jus ao reajuste, contados da data da apresentação da proposta, no aniversário de 1 ano desta, com base no índice INCC - DI, não sendo possível o reajuste de valores entre a data da apresentação do orçamento até a assinatura do contrato.

Face ao exposto, julgo

Notifique-se.
Publique-se.
Cumpra-se, nos termos da lei.

Rondonópolis, 06 de setembro de 2016.

**MELQUÍADES DA SILVA NETTO**
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS**
**DEPARTAMENTO DE SAÚDE OCUPACIONAL E PERÍCIA MÉDICA**

**DECISÃO FINAL SOBRE OS PEDIDOS DE LIÇENÇA, DE ACORDO COM OS ARTS. 25 E 26 DO DECRETO Nº 5.754, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2010, REFERENTE ÀS PERÍCIAS MÉDICAS REALIZADAS NO DIA 08/09/2016.**

| SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CÓD. DE PUBLICAÇÃO** | **MAT.** | **NOME** | **CARGO** | **PERÍODO/MOTIVO** |
| 1661/2016 | 127167 | Maria de Fátima Ferreira do Nascimento | Apoio Instrumental | **30 dias –** a partir do **02/09/2016 – Licença Médica.** |

| SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CÓD. DE PUBLICAÇÃO** | **MAT.** | **NOME** | **CARGO** | **PERÍODO/MOTIVO** |
| 1661/2016 | 14729 | Maria de Fátima Lemes Borges | Docente | **01 dia** – no dia **02/09/2016** – **Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 12696 | Tania Aparecida Almeida Castro | Docente | **01 dia** – no dia **02/09/2016** – **Licença Médica.** |

| | | | | |
|---|---|---|---|---|
| 1661/2016 | 13684 | Elza Francisca Marques | Docente | **01 dia** – no dia **05/09/2016** – **Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 89028 | Esmênia Maria de Souza Sales | Apoio Instrumental | **05 dias** – a partir do dia **05/09/2016** – **Prorrogação de Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 216348 | Genilda Nascimento de Souza | Docente | **01 dia** – no dia **05/09/2016** – **Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 18279 | Maria Aparecida Beserra da Silva | Docente | **30 dias** – a partir do dia **05/09/2016** – **Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 91316 | Maria Zilda da Silva Barbosa | Docente | **05 dias** – a partir do dia **05/09/2016** – **Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 169625 | Mirian dos Santos Alves | Auxiliar de Higienização e Apoio ao Docente | **01 dia** – no dia **05/09/2016** – **Licença para Acompanhamento de Pessoa da Família.** |
| 1661/2016 | 108880 | Solange Flávio Simões Mamede | Docente | **05 dias** – a partir do dia **05/09/2016** – **Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 145378 | Gleid de Medeiros Carvalho | Docente | **01 dia** – no dia **06/09/2016** – **Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 143898 | Luiza Lima Ferreira | Auxiliar de Higienização e Apoio ao Docente | **01 dia** – no dia **06/09/2016** – **Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 188131 | Erica Patrícia dos Reis Oliveira | Docente | **04 dias** – a partir do dia **07/09/2016** – **Licença para Acompanhamento de Pessoa da Família.** |

| **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CÓD. DE PUBLICAÇÃO** | **MAT.** | **NOME** | **CARGO** | **PERÍODO/MOTIVO** |
| 1661/2016 | 86266 | Edivane Santos Porto | Apoio Instrumental | **10 dias –** a partir do dia **31/08/2016 – Licença para Acompanhamento de Pessoa da Família.** |
| 1661/2016 | 59218 | Ana Morais Santana Correa | Analista Instrumental | **22 dias –** a partir do dia **05/09/2016 – Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 43141 | Luciana Aparecida Lopes da Silva Schenatto | Gerente de Núcleo de A. de Contra. e Convênios | **08 dias –** a partir do dia **06/09/2016 – Licença Médica.** |
| 1661/2016 | 155187 | Enedina Bispo de Sousa | Apoio Instrumental | **90 dias –** a partir do dia **08/09/2016 – Prorrogação de Licença Médica.** |

| **SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E TRÂNSITO** | | | | |
|---|---|---|---|---|
| **CÓD. DE PUBLICAÇÃO** | **MAT.** | **NOME** | **CARGO** | **PERÍODO/MOTIVO** |
| 1661/2016 | 153842 | Eliofabia Ribeiro de Souza | Apoio Instrumental | **01 dia –** no dia **05/09/2016 – Licença para Acompanhamento de Pessoa da Família.** |

Rondonópolis, 08 de setembro de 2016.

**ALESSANDRA DE FREITAS**
Gerente do Departamento de Saúde Ocupacional e Perícia Médica

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA**
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO**

***EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR***
***COM PRAZO DE 30 DIAS***
***(EDIFICAÇÕES)***

*O DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO, da Secretaria Municipal de Receita do Município de Rondonópolis-MT.*

*FAZ PÚBLICO* que os proprietários dos imóveis abaixo relacionados ficam notificados na LEI COMPLEMENTAR Nº 091, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010, em virtude de ter frustrada a tentativa de notificação pessoal para regularizar a situação que deu causa as violações do disposto legal contidas no rol abaixo, sob pena de autuação, imposição de multa e demais sanções previstas no artigo 5º, LEI N° 2.122 DE 14 DE MARÇO DE 1.994.

Fica notificado o contribuinte para que no prazo de 05 dias, em caso de discordância da ação fiscal, apresentar defesa em forma de petição, com documentos, fotos e alegações que se fizerem necessários endereçadas ao DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO.

Dado e passado no município de Rondonópolis na data 01 do mês de SETEMBRO (09) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

VALDECIR FELTRIN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA
Portaria Nº 16.304/2014
Firma Reconhecida - Cartório 3º Ofício

| CONSTRUIR CALÇADA ARTIGO 16 DA LEI COMPLEMENTAR 091/2010 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PROCESSO** | **CONTRIBUINTE** | **INSCRIÇÃO** | **QUADRA** | **LOTE** | **BAIRRO** |
| 201604115 | HEVANDRO PERES SOARES | 338877 | 11 | 12 | VILA GOULART |
| 201604109 | IEDA MARIA PARISE | 338575 | 10 | 8 | VILA GOULART |
| 201604046 | JADIR DE MOURA | 855391 | 60B | 2 | MONTE LIBANO |
| 201604113 | ORLANDO TONIOLO | 338850 | 11 | 10 | VILA GOULART |
| 201604114 | ORLANDO TONIOLO | 338869 | 11 | 11 | VILA GOULART |
| 201604107 | RENATO DEL CISTIA | 235024 | 24 | 12 | VILA GOULART-PROLONGAMENTO |
| 201604116 | ROBSON RAMOS | 340332 | 18 | 1 | VILA GOULART |
| 201604110 | TEREZA MARIA H. DE OLIVEIRA | 338826 | 11 | 7 | VILA GOULART |
| 201604111 | TEREZA MARIA H. DE OLIVEIRA | 906522 | 11 | 8 | VILA GOULART |
| 201604112 | TEREZA MARIA H. DE OLIVEIRA | 906530 | 11 | 9 | VILA GOULART |

| ALVARA DE CONSTRUÇÃO ARTIGO 52 $$2° DA LEI COMPLEMENTAR 091/2010 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PROCESSO** | **CONTRIBUINTE** | **INSCRIÇÃO** | **QUADRA** | **LOTE** | **BAIRRO** |
| 201603774 | ANDRE AUGUSTO GIACOMELLI BREND | 849715 | 35 | 14A | RESIDENCIAL BURITI |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA**
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO**

***EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO***
***(POSTURAS)***

*O DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO, da Secretaria Municipal de Receita do Município de Rondonópolis-MT.*

*FAZ PÚBLICO* que os proprietários dos imóveis abaixo relacionados ficam autuados nos termos da LEI N° 2.122 DE 14 DE MARÇO DE 1.994 C/C ART210 DA LC 043/06 e LC074/09 e dá outras providências, em virtude de ser frustrada a tentativa de AUTUAÇÃO pessoal, por não acatar as exigências iniciais impostas pela notificação.

Fica autuado o contribuinte para que no prazo de 05 dias efetuem o pagamento da multa a fim de evitar medidas administrativas e judiciais conforme previsto no artigo 33 da Lei 2.212/94, ou em caso de discordância da ação fiscal, apresentar defesa em forma de petição, com documentos, fotos e alegações que se fizerem necessários endereçadas ao DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO.

Dado e passado no município de Rondonópolis na data do dia 01 mês de SETEMBRO (09) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

VALDECIR FELTRIN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA
Portaria Nº 16.304/2014
Firma Reconhecida - Cartório 3º Ofício

| LIMPEZA DE TERRENO ART 44 DA LEI 2.212/94 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PROCESSO** | **CONTRIBUINTE** | **INSCRIÇÃO** | **QUADRA** | **LOTE** | **BAIRRO** |
| 201500944 | ALUISIO DE CASTRO LESSA | 233633 | 18 | 6 | VILA GOULART-PROLONGAMENTO |
| 201500920 | ANTONIO STRATIS | 231126 | 8 | 5 | VILA GOULART-PROLONGAMENTO |
| 201501096 | APARECIDA LEAL MONTEIRO- ESPOLI | 339016 | 12 | 1 | VILA GOULART |
| 201501097 | APARECIDA LEAL MONTEIRO- ESPOLI | 339024 | 12 | 2 | VILA GOULART |
| 201501098 | APARECIDA LEAL MONTEIRO- ESPOLI | 339032 | 12 | 3 | VILA GOULART |
| 201501105 | APARECIDA LEAL MONTEIRO- ESPOLI | 339253 | 12 | 24 | VILA GOULART |
| 201501101 | APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA | 339091 | 12 | 9 | VILA GOULART |
| 201501102 | APARECIDA MARIA BORGES BEZERRA | 339105 | 12 | 10 | VILA GOULART |
| 201501114 | CLAUDINO MARIN | 340057 | 17 | 22 | VILA GOULART |
| 201500932 | JOÃO CARLOS CASARIN | 231940 | 11 | 8 | VILA GOULART-PROLONGAMENTO |
| 201601742 | JOSE SALMEM HAMZE | 531359 | 19 | 1 | MARIA TEREZA |
| 201601744 | JOSE SALMEM HAMZE | 531693 | 20 | 13 | MARIA TEREZA |
| 201500954 | MOACIR LUIS CASARIN | 235164 | 25 | 1 | VILA GOULART-PROLONGAMENTO |
| 201500923 | STEFANO BASSI STRATIS | 231169 | 8 | 9 | VILA GOULART-PROLONGAMENTO |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA**
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO**

***EDITAL DE AUTO DE INFRAÇÃO***
***(EDIFICAÇÕES)***

*O DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO, da Secretaria Municipal de Receita do Município de Rondonópolis-MT.*

*FAZ PÚBLICO* que os proprietários dos imóveis abaixo relacionados ficam AUTUADOS na LEI COMPLEMENTAR Nº 091, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2010 e dá outras providências, em virtude de ser frustrada a tentativa de AUTUAÇÃO pessoal, por não acatar as exigências iniciais impostas pela notificação.

Fica AUTUADO o contribuinte para que no prazo de 05 dias efetuem o pagamento da multa a fim de evitar medidas administrativas e judiciais conforme previsto no artigo 33 da Lei 2.212/94, ou em caso de discordância da ação fiscal, apresentar defesa em forma de petição, com documentos, fotos e alegações que se fizerem necessários endereçadas ao DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO.

Dado e passado no município de Rondonópolis na data 01 do mês de SETEMBRO (09) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

VALDECIR FELTRIN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA
Portaria Nº 16.304/2014
Firma Reconhecida - Cartório 3º Ofício

| HABITE-SE ARTIGO 63 DA LEI COMPLEMENTAR 091/2010 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PROCESSO** | **CONTRIBUINTE** | **INSCRIÇÃO** | **QUADRA** | **LOTE** | **BAIRRO** |
| 201601877 | DIRCEU KOLLING | 446319 | 37B | 7 | JARDIM BELO HORIZONTE |
| 201502307 | TEREZINHA FERLA | 397903 | 11 | 10 | VILA BIRIGUI |

| ALVARA DE CONSTRUÇÃO ARTIGO 41 DA LEI COMPLEMENTAR 091/2010 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PROCESSO** | **CONTRIBUINTE** | **INSCRIÇÃO** | **QUADRA** | **LOTE** | **BAIRRO** |
| 201404202 | JOSE DE OLIVEIRA PINTO | 613720 | 10 | 10 | LA SALLE AG-32 |

| CONSTRUIR CALÇADA ARTIGO 16 DA LEI COMPLEMENTAR 091/2010 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PROCESSO** | **CONTRIBUINTE** | **INSCRIÇÃO** | **QUADRA** | **LOTE** | **BAIRRO** |
| 201403097 | ANA MARIA MONTEIRO | 61735 | 10 | 4B | JARDIM IPANEMA |
| 201500952 | CARLOS ALBERTO DE F. TEIXEIRA | 234583 | 22 | 19 | VILA GOULART-PROLONGAMENTO |
| 201500738 | ELAINE KRAUSPENHAR | 97446 | 26 | 7 | MONTE LIBANO |
| 201601865 | JEFERSON SATELIS DE BARROS | 376604 | 38-A | 1 | BELO HORIZONTE |
| 201601593 | JOÃO RECIERE PEREIRA BARBIERI | 338907 | 11 | 15 | VILA GOULART |
| 201502667 | SILVANA CAMPOS BOAVENTURA | 855685 | 60A | 31 | MONTE LIBANO |
| 201503174 | VALTER CIRO OLIVEIRA CAMARGO | 817597 | 73 | 16 | CIDADE SALMEN |

**SECRETARIA MUNICIPAL DE RECEITA**
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO**

***EDITAL DE NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR***
***COM PRAZO DE 30 DIAS***
***(POSTURAS)***

*O DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO, da Secretaria Municipal de Receita do Município de Rondonópolis-MT.*

*FAZ PÚBLICO* que os proprietários dos imóveis abaixo relacionados ficam notificados nos termos da LEI 2.122/94, em virtude de ter frustrada a tentativa de notificação pessoal para regularizar a situação que deu causa as violações do disposto legal contidas no rol abaixo, sob pena de autuação, imposição de multa e demais sanções previstas no artigo 5º, LEI N° 2.122 DE 14 DE MARÇO DE 1.994.

Fica notificado o contribuinte para que no prazo de 05 dias, em caso de discordância da ação fiscal, apresentar defesa em forma de petição, com documentos, fotos e alegações que se fizerem necessários endereçadas ao DEPARTAMENTO DE CONTROLE URBANO.

Dado e passado no município de Rondonópolis na data 01 do mês de SETEMBRO (09) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

VALDECIR FELTRIN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECEITA
Portaria Nº 16.304/2014
Firma Reconhecida - Cartório 3º Ofício

| LIMPEZA DE TERRENO ARTIGO 44, I, $1° DA LEI 2.122/94 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PROCESSO** | **CONTRIBUINTE** | **INSCRIÇÃO** | **QUADRA** | **LOTE** | **BAIRRO** |
| 201604060 | ANTONIO JOAO DA COSTA MARQUES | 460036 | 152 | 16 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604095 | CELSO LINHARES GOMES | 463140 | 167 | 26 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604058 | CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSEN | 459321 | 150 | 1 | SAGRADA FAMILIA |
| 201603475 | CLAUDIONOR ANTONIO SIMOES | 250260 | 18 | 6 | VILA AURORA-I |
| 201603159 | DOMINGOS DE F. TRINDADE | 95117 | 12 | 1A | MONTE LIBANO |
| 201603363 | ILDETH RITA DE S. SANTOS | 463922 | 170 | 15 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604102 | IMOBILIARIA AURORA LTDA | 495140 | 276 | 12 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604012 | IVONE DE PAULA PEREIRA | 461040 | 158 | 23 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604101 | JOSE CETES DA SILVA | 495476 | 277 | 21 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604056 | LARA SOLANGE DE F. KAWAMURA | 270679 | 14 | 14 | CIDADE ALTA |
| 201604078 | LUCIANA MARTINS DE FIGUEIREDO | 1067192 | 91 | 2 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604091 | MARCELO OLIVEIRA MAGALHÃES | 461482 | 161 | 15 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604094 | MARCELO OLIVEIRA MAGALHÃES | 461474 | 161 | 14 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604089 | MARCELO OLIVEIRA MAGALHÃES | 461504 | 161 | 17 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604090 | MARCELO OLIVEIRA MAGALHÃES | 461490 | 161 | 16 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604117 | MARIA LUCIA GRISOLIA DE LIMA | 458112 | 145 | 1 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604118 | MARIA LUCIA GRISOLIA DE LIMA | 458120 | 145 | 2 | SAGRADA FAMILIA |

| | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| 201604098 | MARINEIDE DA SILVA | 463604 | 169 | 14 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604029 | PANORAMA IMOBILIARIA LTDA | 506508 | 24 | 23 | SÃO JORGE |
| 201602937 | RAULINO VITOR DE OLIVEIRA | 490792 | 253 | 3 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604097 | SIMONE CRISTINA C. SHIGAKI | 462705 | 166 | 14 | SAGRADA FAMILIA |
| 201604053 | SOCIL SOCIEDADE DE COMERCIO IM | 270660 | 14 | 13 | CIDADE ALTA |
| 201604054 | SOCIL SOCIEDADE DE COMERCIO IM | 270652 | 14 | 12 | CIDADE ALTA |
| 201604055 | SOCIL SOCIEDADE DE COMERCIO IM | 270563 | 14 | 5 | CIDADE ALTA |

| RETIRAR MERCADORIA DO PASSEIO PUBLICO ARTIGO 154 E 155 DA LEI 2.122/94 | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| **PROCESSO** | **CONTRIBUINTE** | **INSCRIÇÃO** | **QUADRA** | **LOTE** | **BAIRRO** |
| 201604052 | NILTON RAMALHO CARDODO | 599948 | 9 | 3A | VILA SÃO JOSÉ |
| 201603852 | DIEGO MILCIO GONÇALVES DE SOUZA | 119865 | 17 | 13 | JARDIM RUI BARBOSA |

# ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

## SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS

**AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**
**"TOMADA DE PREÇOS N.º 012/2016"**

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MONTAGEM DOS PAINÉIS ELÉTRICOS, CONFORME RESPECTIVOS PROJETOS ELÉTRICOS, COM APLICAÇÃO DE MATERIAIS, QUE FAZ PARTE DO CONJUNTO DE OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, INSERIDAS NO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC II – ETAPA 2 - OGU, NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS – MT, NA FORMA DE EXECUÇÃO INDIRETA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, VINCULADO AOS PREÇOS UNITÁRIOS APROVADOS PELO SANEAR DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS". **O SANEAR – SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS,** deste **Estado de Mato Grosso,** Autarquia Municipal, localizada a Avenida José de Alencar esquina com a Rua Rio Branco, s/n. Bairro Monte Líbano, torna público para conhecimento dos interessados que por ordem do Diretor Geral, através de sua Comissão Permanente de Licitação, realizou a análise da documentação apresentada, e considerou habilitada, classificada e vencedora a empresa **Tecaut Automação Industrial Eireli** que apresentou proposta de preços no valor de R$ 750.990,45 (Setecentos e cinquenta mil novecentos e noventa reais e quarenta e cinco centavos)

Rondonópolis - MT, 08 de setembro de 2016

**Hermes Ávila de Castro**
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

# PODER LEGISLATIVO

## CÂMARA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS

### RESCISÃO DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DEFINITIVA PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016

A Câmara Municipal de Rondonópolis, neste ato representada por seu Presidente, Lourisvaldo Manoel de Oliveira - Fulô, consubstanciando-se no Parecer nº 0100/2016 exarado pela Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa, **RESOLVE:**

I - **PROCLAMAR** a rescisão dos Atos de Adjudicação, da Homologação e da Classificação Definitiva praticados no âmbito do Pregão Presencial nº 012/2016, em favor da empresa Osvair Dias Leal EPP, inscrita no CNPJ sob nº 23.213.443/0001-66, por motivo superveniente, consistente na manifestação da sua desistência em assinar o instrumento de contrato junto a esta Casa Legislativa.

II – Em face do que expõe o art. 64 § 2º da Lei nº 8.666/93, **CONVOCAR** a empresa Michele Carolina Rodrigues de Castro, inscrita no CNPJ sob nº 15.091.433/0001-77, única licitante remanescente no referido procedimento licitatório, tendo em vista a inabilitação dos licitantes classificados anteriormente, para que manifeste o seu interesse em contratar com a Câmara o fornecimento dos serviços constantes dos itens 05, 07, 09, 11, 13, 15 e 16 do Pregão Presencial nº 012/2016.

III – **DECLARAR** Fracassados os itens 01, 02 e 03, anteriormente adjudicados à empresa Osvair Dias Leal EPP, inscrita no CNPJ sob nº 23.213.443/0001-66, tendo em vista que todos os licitantes que apresentaram proposta de venda para os mesmos foram excluídos do certame.

Providencie-se a publicação desta decisão no site www.rondonopolis.mt.leg.br e no Diário Oficial do Município de Rondonópolis – DIORONDON para conhecimento geral de todos.

Rondonópolis/MT, terça-feira, 06 de setembro de 2016.

**Lourisvaldo Manoel de Oliveira**
Presidente da Câmara Municipal

**EM BRANCO**